



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP - 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI No. 33 /97.

DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES DE CONDUTOR AUTONOMO DE PASSAGEIROS, NA CATEGORIA DE ALUGUEL (TAXI), E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Campos Altos/MG., decreta e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Artigo 10.: O transporte público de passageiros, por veículos devidamente emplacados e licenciados na categoria de aluguel/táxi, no Município de Campos Altos/MG. Constitui serviços de utilidade pública, e, de acordo com o código nacional de trânsito, compete a Prefeitura Municipal com a participação do órgão da classe: Planejar, orientar, e fiscalizar.

Parágrafo Primeiro: A exploração do serviço de táxi, será outorgada pela Prefeitura Municipal, juntamente com o órgão da classe, nas seguintes condições:

- I- Observar o nr. mínimo de 1.000 (um mil) habitantes para cada placa de táxi, ficando vedado qualquer autorização, até que atinja o limite fixado neste parágrafo.
- II- Para fins de obtenção de dados populacionais, será utilizado serviços de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

Parágrafo Segundo: Os veículos emplacados e licenciados na categoria de aluguel/táxi pela Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG., anterior a vigência desta Lei, permanecem com seus direitos adquiridos.

Parágrafo Terceiro: Nenhum outro veículo será licenciado pela Prefeitura, até que seja alcançada a proporcionalidade estabelecida nos incisos I e II do Parágrafo Primeiro.

Artigo 20.: Para que seja motorista profissional/taxista terá que fazer prova de:

- I - Ser domiciliado no Município de Campos Altos/MG
- II - Boa conduta (através de atestado de bons antecedentes)
- III- Quitação com as obrigações civis e militares
- VI - Saúde, através de atestado médico, outorgado por médico credenciado do Ministério do Trabalho.
- V - Quitação com as obrigações previdenciárias e sindicais (Sindicatos e/ou Associações)
- VI - Ser habilitado e matriculado no órgão da classe.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP - 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Artigo 3o.: Não poderão receber o primeiro emplacamento, como táxi, veículos com mais de 10 (dez) anos de fabricação.

Artigo 4o.: O direito para explorar atividades de condutor autônomo de veículos, na categoria de aluguel/táxi, esta vinculado a um ponto de estacionamento, são os seguintes: Praça Benedito Valadares, Rua Tiradentes, esquina com a Rua Dr. Getúlio Portela; Praça Francisco Falco (Praça da Rodoviária).

Parágrafo Único: Serão criados novos pontos, pela Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG., juntamente com o órgão da classe, na medida que forem necessários.

Artigo 5o. O proprietário do direito a explorar a atividade de taxista, poderá transferir, alienar ou dar em comodato a outrem, desde que o faça mediante ao imediato emplacamento de veículo na categoria de aluguel/táxi.

Parágrafo Único: A transferência de que trata este artigo, se fará mediante o pagamento de uma taxa equivalente a 48,98 (Quarenta e oito Virgula Noventa e Oito) UFIR's, sendo 50% (Cinquenta por cento) para os cofres municipais e 50% (Cinquenta por cento) para o órgão da classe, bem como requerer a guia autorizativa do sindicato da classe (Associação) em impresso próprio.

Artigo 6o.: As tarifas de preços dos serviços prestados de táxi de Campos Altos, serão fixados e atualizados por ato administrativo, pela Prefeitura Municipal juntamente com o órgão da classe, observando para tal fim os reajustes dos combustíveis autorizados pelo governo.

Parágrafo Primeiro: Não havendo acordo entre a Municipalidade e o órgão da classe, caberá ao Conselho Municipal de Trânsito decidir a respeito dos preços dos serviços a serem prestados pelos táxis.

Parágrafo Segundo: Os permissionário taxista que infringir as tarifas de preços, independentemente de outras penalidades, serão apurados os fatos mediante inquérito administrativo, onde o permissionário poderá ter cassada sua permissão do direito de exercer a profissão de transportador autônomo de passageiros/taxista, assim como o direito ao ponto de estacionamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP - 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Artigo 7o.: O permissionário taxista que abandonar seu ponto por mais de 180 (Cento e oitenta) dias consecutivos terá cassado os seus direitos de taxistas, salvo se por motivo de doença, ou viagem, devidamente comprovada a juízo do órgão da classe.

Parágrafo Único: Fica obrigado o taxista a comparecer no seu respectivo ponto de táxi, pelo menos uma vez por semana (considerando para este fim o mínimo de 60 minutos).

Artigo 8o.: No caso de falecimento do permissionário taxista, não reunindo condições a viúva ou herdeiros, ou mesmo se não desejarem os mesmos a prosseguir na atividade, ou quando o veículo for objeto de inventário, poderá ser a permissão transferida a terceiros, observadas as disposições legais e regulamentares desta Lei.

Parágrafo Único: A viúva ou os herdeiros, terão um prazo de duração do inventário para depois ter o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do primeiro dia útil do inventário, para regularizar a situação junto ao órgão da classe, sob pena de cassação da permissão dos direitos de taxista.

Artigo 9o.: Os veículos utilizados para o transporte público de passageiros/táxi, terão que oferecer segurança, higiene e conforto, e, para fiscalizar o disposto neste artigo serão os mesmos submetidos a vistorias anuais, ou quando fizer necessário e ou solicitadas por usuários, ficando designado para efetuar as vistorias especiais um fiscal do Município, juntamente com o órgão da classe.

Parágrafo Único: As vistorias de que trata este artigo serão feitas no decorrer do mês de janeiro de cada ano, ocorrendo a reprovacao do veículo o mesmo será notificado para que paralise suas atividades até que esteja regularizado.

Artigo 10.: A delegacia de policia e/ou órgão de trânsito, não poderá efetuar emplacamento de táxis, sem anexar a guia autorizativa da municipalidade e do órgão da classe.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP - 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Artigo 11.: Fica criado a partir da entrada em vigor da presente Lei, o "O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSITO", que será exercido por 5 (cinco) membros nomeados por ato do prefeito juntamente com o órgão da classe, tendo um representante da Câmara Municipal de Campos Altos/MG.

Parágrafo Único: é da competência do Conselho Municipal de Trânsito:

- I - Opinar pela sinalização das vias públicas urbanas;
- II - Criação de uma junta administrativa de recursos de infrações junto ao Departamento Nacional de trânsito em Belo Horizonte/MG;
- III - Julgamento do motorista em inquérito administrativo;
- IV - Vistorias nos Veículos utilizados no Transporte Público de Passageiros/Táxi, inclusive em kombi escolar;
- V - Aplicação das penalidades desta lei e regulamentação que vá da advertência até a cassação da permissão;
- VI - Distribuição aos motoristas de táxis, autônomos ou empresas das tabelas de tarifas de táxis;
- VII - Solicitar ao delegado de Polícia a abertura de inquérito contra particulares que fazem o transporte remunerado de passageiros, inclusive por veículo utilitários/Kombi, emplacados na categoria de aluguel e não táxi, salvo para transporte escolar (devidamente identificada);
- VIII - Fiscalizar o não cumprimento da tabela, pelos taxistas;
- IX - Aplicação de multa, que varia de 146,95 UFIR's a 48,98 UFIR's;
- X - Julgar os requerimentos quaisquer feitos pelos interessados, no prazo de 15 dias, contados da data da entrega do mesmo.
- XI - Fazer solicitação e determinação.

Artigo 12.: Dos deveres e obrigações do motorista:

- I - Conhecer as disposições desta Lei,
- II - Portar-se com absoluta correção e perfeita urbanidade para com os usuários;
- III - Obedecer o sinal de parada feito por quem deseje utilizar o veículo, não deixando de prestar serviços por ele solicitados;
- IV - Indagar o destino do passageiro, somente depois de o mesmo achar acomodado no interior do veículo, salvo se tratando de serviços noturnos;
- V - Conhecer as vias e logradouros da cidade, inclusive dos bairros e localizações de suas vilas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP - 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- VI - Verificar, ao fim de cada corrida, se foi deixado algum objeto no veículo, entregando-o na hipótese afirmativa, mediante recibo dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao Conselho Municipal de Trânsito-CMT;
- VII - Só fazer uso de aparelhos com rádio, gravador ou outro de qualquer semelhança, com consentimento do usuário;
- VIII- Não fumar quando conduzir passageiros, salvo com aquiescência deste;
- IX - Parar o veículo para embarque e desembarque do passageiro, somente junto ao meio fio e do lado direito da pista e/ ou via pública;
- X - Abrir e fechar a porta do veículo para o usuário;
- XI - Apanhar a bagagem do passageiro e acomodá-lo no interior do veículo;
- XII - Não infringir as tarifas de preços fixados pela Prefeitura Municipal;
- XIII- Não usar bebidas alcóolicas durante o serviço;
- XIV - Não dirigir gracejos, gestos ou palavras obscenas a outrem, durante o serviço;
- XV - Não dirigir veículo, usando chinelos.

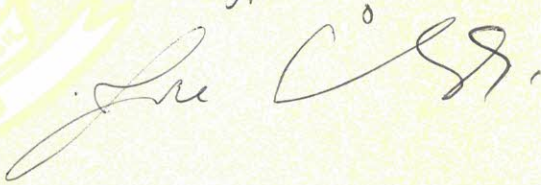
Artigo 13.: Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 14.: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

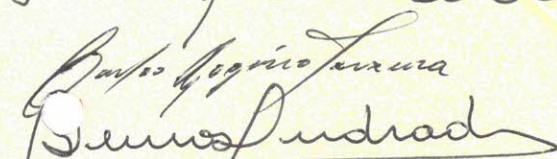
Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG., 11 de Setembro de 1997.

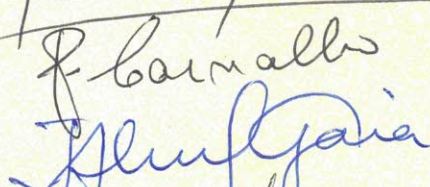

GERALDO BARBOSA LEÃO JUNIOR
Prefeito Municipal

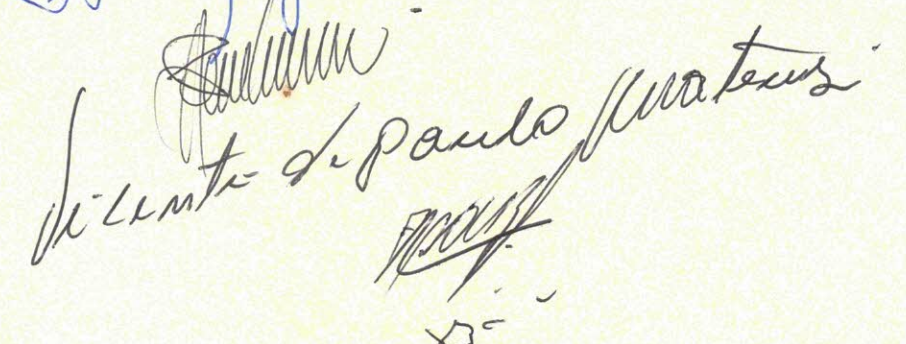
Abstenção












Jesus Cardoso
Presidente

Aprovado em 10/09/97
Projeto Lei N. 27/97



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP - 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

Até a presente data, o Município de Campos Altos não possui lei específica que regulamenta as atividades de condutor autônomo de passageiros, Categoria aluguel/Táxi, gerando como consequência, uma certa desorganização no setor e prejuízos para os cofres municipais.

Atendendo pedido do Sindicato de Classe e anseio da população, bem como visando dar uma coordenação normativa neste setor de condutores autônomos, é que apresentamos o presente projeto, para análise, apreciação e posterior aprovação dos nobres colegas.

Atenciosamente,


GERALDO BARBOSA LEÃO JÚNIOR
Prefeito municipal

Aprovado em 10 / 09 / 97
Projeto Lei N.º 27 / 97